

MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023



Procurador Municipal

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto contextualiza as questões de 01 a 10. Leia-o atentamente.

A metamorfose

Uma barata acordou um dia e viu que tinha se transformado num ser humano. Começou a mexer suas patas e descobriu que só tinha quatro, que eram grandes e pesadas e de articulação difícil. Acionou suas antenas e não tinha mais antenas. Quis emitir um pequeno som de surpresa e, sem querer, deu um grunhido. As outras baratas fugiram aterrorizadas para trás do móvel. Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu primeiro pensamento humano foi: que vergonha, estou nua! O seu segundo pensamento humano foi, que horror! Preciso me livrar dessas baratas!

Pensar, para a ex-barata, era uma novidade. Antigamente ela seguia o seu instinto. Agora precisava raciocinar. Fez uma espécie de manto da cortina da sala para cobrir sua nudez. Saiu pela casa, caminhando junto à parede, porque os hábitos morrem devagar. Encontrou um quarto, um armário, roupa de baixo, um vestido. Olhou-se no espelho e achou-se bonita. Para uma ex-barata. Maquilou-se. Todas as baratas são iguais, mas uma mulher precisa realçar a sua personalidade. Adotou um nome: Vandirene. Mais tarde descobriu que só um nome não bastava. A que classe pertencia? Tinha educação? Referências? Conseguiu, a muito custo, um emprego como faxineira. Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, era uma boa faxineira.

Difícil era ser gente. As baratas comem o que encontram pela frente. Vandirene precisava comprar sua comida e o dinheiro não chegava. As baratas se acasalam num roçar de antenas, mas os seres humanos não. Se conhecem, namoram, brigam, fazem as pazes, resolvem se casar, hesitam. Será que o dinheiro vai dar? Conseguir casa, móveis, eletrodomésticos, roupa de cama, mesa e banho. A primeira noite. Vandirene e seu torneiro mecânico. Difícil. Você não sabe nada, bem? Como dizer que a virgindade é desconhecida entre as baratas? As preliminares, o nervosismo. Foi bom? Eu sei que não foi. Você não me ama. Se eu fosse alguém você me amaria. Vocês falam demais, disse Vandirene. Queria dizer, vocês, os humanos, mas o marido não entendeu; pensou que era vocês, os homens. Vandirene apanhou. O marido a ameaçou de morte. Vandirene não entendeu. O conceito de morte não existe entre as baratas. Vandirene não acreditou. Como é que alguém podia viver sabendo que ia morrer?

Vandirene teve filhos. Lutou muito. Filas do INPS. Creches. Pouco leite. O marido desempregado. Finalmente, acertou na esportiva. Quase quatro milhões. Entre as baratas, ter ou não ter quatro milhões não faria diferença. A barata continuaria a ter o mesmo aspecto e a andar com o mesmo grupo. Mas Vandirene mudou. Empregou o dinheiro. Trocou de bairro. Comprou casa. Passou a vestir bem, a comer e dar de

comer de tudo, a cuidar onde colocava o pronome. Subiu de classe. (Entre as baratas, não existe o conceito de classe.) Contratou babás e entrou na PUC. Começou a ler tudo o que podia. Sua maior preocupação era a morte. Ela ia morrer. Os filhos iam morrer. O marido ia morrer — não que ele fizesse falta. O mundo inteiro, um dia, ia desaparecer. O sol.

O Universo. Tudo. Se espaço é o que existe entre a matéria, o que é que fica quando não há mais matéria? Como se chama a ausência do vazio? E o que será de mim quando não houver mais nem o nada? A angústia é desconhecida entre as baratas.

Vandirene acordou um dia e viu que tinha se transformado de novo numa barata. Seu penúltimo pensamento humano foi, meu Deus, a casa foi dedetizada há dois dias! Seu último pensamento humano foi para o seu dinheiro rendendo na financeira e o que o safado do marido, seu herdeiro legal, faria com tudo. Depois desceu pelo pé da cama e correu para trás de um móvel. Não pensava mais em nada. Era puro instinto. Morreu em cinco minutos, mas foram os cinco minutos mais felizes da sua vida. Kafka não significa nada para as baratas.

(*VERÍSSIMO, Luís Fernando. A metamorfose. In: _____ . Ed Morte e outras histórias. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997, p. 32-33.*)

Questão 01

De acordo com a leitura do texto, é possível concluir, em relação ao tema, que o texto aborda a temática da

- A) vida de uma barata em sua rotina diária.
- B) dificuldade de se adaptar a novas realidades.
- C) luta de uma mulher para superar seus problemas financeiros.
- D) angústia humana em relação à mortalidade e ao sentido da vida.

Questão 02

Quanto à tipologia e ao gênero textual, respectivamente, é correto afirmar que o texto é

- A) uma injunção e uma notícia.
- B) uma narração e uma notícia.
- C) uma narração e uma crônica.
- D) uma dissertação e uma crônica.

Questão 03

Sobre os sinais de pontuação, analise as afirmativas a seguir.

- I. No trecho “*Seu penúltimo pensamento humano foi, meu Deus, a casa foi dedetizada há dois dias!*” (6º§), as vírgulas foram usadas para isolar o vocativo.
- II. Em “*Mais tarde descobriu que só um nome não bastava.*” (2º§), o adjunto adverbial “*mais tarde*” deveria, obrigatoriamente, estar isolado por vírgula.
- III. Na frase “*Adotou um nome: Vandirene.*” (2º§), os dois pontos servem para indicar um aposto especificativo.
- IV. No trecho “*Se conhecem, namoram, brigam, fazem as pazes, resolvem se casar, hesitam.*” (3º§), as vírgulas separam orações independentes.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 04

No trecho *“Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu primeiro pensamento humano foi: que vergonha, estou nua! O seu segundo pensamento humano foi, que horror! Preciso me livrar dessas baratas!”* (1º§), os pronomes destacados se referem, respectivamente, a

- A) ela e baratas.
- B) baratas e Vandirene.
- C) baratas e primeiro pensamento humano.
- D) baratas e segundo pensamento humano.

Questão 05

Considerando o trecho *“Saiu pela casa, caminhando junto à parede, porque os hábitos morrem devagar.”* (2º§), assinale a afirmativa que justifica a correta ocorrência de crase.

- A) É facultativa junto às locuções adverbiais que indicam circunstância.
- B) É obrigatória junto às locuções adverbiais que indicam circunstância.
- C) É facultativa nas locuções adverbiais compostas por palavras femininas.
- D) É obrigatória nas locuções adverbiais compostas por palavras femininas.

Questão 06

Considere o trecho: *“Fez uma espécie de manto da cortina da sala para cobrir sua nudez.”* (2º§). *“Podemos afirmar que ‘para’ funciona como _____ que une _____, estabelecendo entre elas uma relação semântica de finalidade.”* Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) conjunção / orações dependentes
- B) preposição / palavras dependentes
- C) conjunção / orações independentes
- D) preposição / palavras independentes

Questão 07

Assinale a afirmativa na qual o *se* exerce a mesma função que em *“[...] achou-se bonita.”* (2º§)

- A) Fiscalizaram-se várias CNHs.
- B) Precisa-se de funcionários qualificados.
- C) Os garotos queixaram-se do mau atendimento.
- D) Inacreditavelmente, aqueles amigos parecem respeitar-se.

Questão 08

Considere o período: *“Vandirene acordou um dia e viu que tinha se transformado de novo numa barata.”* (6º§). Sobre a relação entre as orações que o compõem, pode-se afirmar que há

- A) uma oração coordenada sindética, uma principal e uma subordinada substantiva.
- B) uma oração coordenada assindética, uma principal e uma subordinada substantiva.
- C) uma oração coordenada assindética, uma coordenada sindética e uma subordinada adverbial.
- D) uma oração coordenada sindética, uma coordenada assindética e uma subordinada substantiva.

Questão 09

Considerando o trecho *“Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, [...]”* (2º§), assinale a afirmativa que justifica corretamente a colocação do pronome *lhe*.

- A) É obrigatório o uso da próclise quando houver palavras atrativas que justifiquem o adiantamento dos pronomes, como pronomes possessivos.
- B) É facultativo o uso da próclise quando houver palavras atrativas que justifiquem o adiantamento dos pronomes, como pronomes possessivos.
- C) É obrigatório o uso da próclise, caso o verbo não se encontre no início da frase nem haja situações que justifiquem o uso específico de outra forma de colocação pronominal.
- D) É facultativo o uso da próclise, caso o verbo não se encontre no início da frase nem haja situações que justifiquem o uso específico de outra forma de colocação pronominal.

Questão 10

Considere o seguinte período composto: *“Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, era uma boa faxineira.”* (2º§). Assinale a afirmativa em que, acrescentando-se um conectivo para unir as duas orações deste período, mantém-se seu sentido original.

- A) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, mas era uma boa faxineira.
- B) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, porque era uma boa faxineira.
- C) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, por isso era uma boa faxineira.
- D) Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas, embora fosse uma boa faxineira.

LEGISLAÇÃO

Questão 11

Beatriz, no exercício de um cargo em comissão na Prefeitura de Santana da Vargem-MG, agindo com dolo, liberou recursos de uma parceria firmada com a entidade privada Brilho de Luz, sem a observância das normas pertinentes. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a tipificação do ilícito praticado por Beatriz:

- A) Prejuízo ao erário.
- B) Enriquecimento ilícito.
- C) Aplicação indevida de benefício.
- D) Atentado contra os princípios da Administração Pública.

Questão 12

Maurício ocupa cargo público de nível superior na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 22/2022, Maurício pode contar como tempo de serviço, EXCETO:

- A) Folga no dia do aniversário do filho.
- B) Ausência de um dia para doar sangue.
- C) Participação como jurado no Tribunal do Júri.
- D) Desempenho de mandato eletivo de Deputado Federal.

Questão 13

Leandro atua como Contador efetivo na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Considerando a Lei Complementar Municipal nº 22/2022, Leandro NÃO poderá ser cedido para:

- A) Empresa Pública Federal.
- B) Sociedade de economia estadual.
- C) Consórcio público intermunicipal.
- D) Empresa privada com sede no município.

Questão 14

Antônio ocupa um cargo público na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG, assinale a afirmativa correta.

- A) Se o ingresso de Antônio foi por nomeação, pode se afirmar que o provimento se classifica como derivado e depende de publicação do ato no diário oficial.
- B) Antônio não é concursado e exerce função de gerenciamento de pessoas; logo, pode-se afirmar que o cargo que ele ocupa é de livre nomeação e exoneração.
- C) Ao submeter-se ao concurso público, caso Antônio fosse estrangeiro, não poderia ser investido no cargo, já que o acesso é limitado a brasileiros natos e naturalizados.
- D) Para tomar posse no cargo público, Antônio teve que comprovar o gozo de direitos políticos, a boa saúde física e mental, a idade mínima de dezoito anos e a escolaridade de nível superior.

Questão 15

Mariângela exerce o cargo de magistério efetivo na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Considerando o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos deste município, assinale a afirmativa correta.

- A) Mariângela teve trinta dias, contados da publicação de sua nomeação, para a investidura no cargo.
- B) A posse de Mariângela poderia ser adiada; contudo, o ato é pessoal e não poderia se dar por procuração.
- C) Caso Mariângela não tomasse posse no prazo marcado pela Administração, seria exonerada do cargo efetivo.
- D) Mariângela, caso estivesse temporariamente doente na data da posse, teria o ato de nomeação tornado sem efeito.

Questão 16

Dagberto trabalha na Prefeitura Municipal de Santana da Vargem-MG em um cargo de nível médio. Conforme previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem-MG, assinale a afirmativa correta.

- A) Se houver alguma restrição de saúde, verificada em inspeção médica, Dagberto pode ser revertido, temporariamente, para outro cargo efetivo.
- B) Dagberto somente adquire a estabilidade após três anos de efetivo exercício, tendo como condição a aprovação em avaliação de desempenho.
- C) Caso Dagberto venha a ser demitido indevidamente do cargo, a Administração deverá, de ofício, providenciar sua recondução ao cargo de origem.
- D) Se Dagberto sofre uma limitação física definitiva, mas que não caracterize incapacidade permanente, poderá ser readaptado em cargo de nível superior.

Questão 17

Leticia é médica na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos deste município, o cargo de Leticia

- A) será acumulável com outro cargo, desde que também seja de formação de nível superior.
- B) ficará vago se tomar posse em um outro cargo efetivo de nível médio, em qualquer hipótese.
- C) ficará vago se tomar posse em um cargo de professor, mesmo que haja compatibilidade de horários.
- D) ficará vago se tomar posse em um outro cargo de médico, mesmo que haja compatibilidade de horários.

Questão 18

Matheus ensina Direito Municipal em uma Associação de moradores de Santana da Vargem-MG. Em uma aula precisou explicar quais são as competências do município. NÃO deve constar na aula, para que esteja em conformidade com a Lei Orgânica do Município:

- A) Estabelecer normas de edificação, loteamento, arruamento e zoneamento urbano e rural, bem como suas limitações urbanísticas.
- B) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.
- C) Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários, e adquirir bens.
- D) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, a segurança pública e o sistema socioeducativo para atos infracionais.

Questão 19

Elisângela é servidora ocupante de cargo em comissão na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Conforme previsto na Lei Federal nº 8.429/1992, ela

- A) não se sujeita a sanções da Lei de Improbidade Administrativa.
- B) se sujeita ao dever de declarar bens, mesmo ocupando mero cargo de confiança.
- C) terá a suspensão dos direitos políticos se atentar contra os princípios da Administração.
- D) terá a cassação dos direitos políticos se praticar grave ato que resulte em enriquecimento ilícito.

Questão 20

Elton é trabalhador efetivo na Prefeitura de Santana da Vargem-MG. Considerando o que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa, ele pratica crime se

- A) exercer suas funções em concomitância com uma atividade privada.
- B) praticar Ato de Improbidade Administrativa tipificado como enriquecimento ilícito.
- C) praticar Ato de Improbidade Administrativa que caracterize prejuízo ao erário.
- D) denunciar falsamente um colega, que se sabe inocente, por Ato de Improbidade Administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO**Questão 21**

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Sobre execução orçamentária e cumprimento de metas expressas na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressaltadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- II. No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.
- III. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- IV. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 22

A vigente Constituição Federal possui em seu teor dispositivos que não podem ser abolidos – são as chamadas cláusulas pétreas, dispostas no 4º§ do Art. 60 desta normativa. Considerando o exposto, NÃO é cláusula pétrea e pode ser matéria de emenda que tente a abolir:

- A) Forma de governo.
- B) A separação dos Poderes.
- C) A forma federativa do Estado.
- D) O voto direto, secreto, universal e periódico.

Questão 23

O Presidente da República, chefe de Estado e chefe de Governo, é escolhido de maneira democrática e com mandato de duração de quatro anos. A ele são conferidas competências privativas a seu cargo. Considerando o exposto, NÃO é de competência privativa do Presidente da República:

- A) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- B) Expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- C) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Carta Magna de 1988.
- D) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Questão 24

O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabem, EXCETO:

- A) Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- B) Apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.
- C) Discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa.
- D) Exonerar Ministros de Estado, quando convocados para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições, se negarem ou prestarem informações insuficientes.

Questão 25

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, EXCETO:

- A) Apreciar e julgar as contas prestadas mensalmente pelo Presidente da República, independente de parecer prévio.
- B) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- C) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- D) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Questão 26

De acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), no caso de serviços e obras, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contado a partir da data de divulgação do edital de licitação, é de

- A) trinta dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada.
- B) quinze dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada.
- C) dez dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns, e de obras e serviços comuns de engenharia.
- D) quinze dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia.

Questão 27

Assinale a afirmativa correta.

- A) Anulação é o desfazimento do ato administrativo inoportuno ou inconveniente.
- B) São atos administrativos vinculados aqueles que outorgam a permissão de uso de um bem público.
- C) O ato administrativo anulável pode ter seus efeitos preservados mediante a expedição de ato administrativo de convalidação.
- D) É viciado o ato administrativo de interdição de comércio que não oportuniza contraditório anterior, na hipótese de risco iminente ao público consumidor.

Questão 28

Assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Estado poderá ser responsabilizado civilmente quando o serviço público funcionar mal ou atrasado.
- B) Nos atos comissivos, a responsabilidade do Estado pode incidir sobre atos lícitos e também ilícitos, desde que causem prejuízo a terceiros.
- C) Sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica deve ser responsabilizada objetivamente por danos que, porventura, causar a terceiros.
- D) A culpa exclusiva da vítima é causa excludente da responsabilidade do poder público, vez que o prejudicado não pode auferir qualquer tipo de vantagem com um acontecimento para o qual concorreu diretamente.

Questão 29

O cidadão “A”, denunciante, sabedor da inocência de “B”, agente público, oferta contra este uma representação por Ato de Improbidade. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), o denunciante “A” está:

- A) Sujeito a uma advertência, apenas.
- B) Sujeito a uma multa administrativa, apenas.
- C) Sujeito a uma sanção de natureza penal, apenas.
- D) Além da sanção penal, sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Questão 30

A manutenção de atos praticados por um funcionário de fato (ou seja, aquele servidor que conta com algum tipo de irregularidade em sua investidura) é possível ante a invocação dos princípios da:

- A) Eficiência; razoabilidade; e, publicidade.
- B) Segurança jurídica; boa-fé; e, proteção à confiança.
- C) Continuidade; presunção de veracidade; e, autoexecutoriedade.
- D) Impessoalidade; proporcionalidade; e, indisponibilidade do interesse público.

Questão 31

No que dispõe o Direito Civil brasileiro sobre a hipoteca como direito real de garantia, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aquele que adquire o imóvel hipotecado, desde que não se tenha exigido pessoalmente para efetuar o pagamento das dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando o imóvel.
- II. O prazo de validade de uma hipoteca convencional é de trinta anos, contados da data do contrato que a constituir, a contar do momento em que se complete este prazo, só poderá subsistir o contrato de hipoteca reconstituindo-se por novo título e novo registro.
- III. É anulável a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento; entretanto, posteriormente ao vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
- IV. Pode ser dado em hipoteca o direito de uso especial para fins de moradia.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.

Questão 32

Sobre os direitos da personalidade à luz do Código Civil, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Infringe os direitos da personalidade a imposição de tratamento médico, mesmo que haja risco de morte.
- () O fim da pessoa natural se dá com a morte, podendo esta ser declarada presumida sem decretação de ausência, desde que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- () Entende o Superior Tribunal de Justiça que a emancipação, seja ela legal, voluntária ou judicial, tenha a prerrogativa de excluir a responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados por seus filhos menores.
- () A Lei nº 10.406/2002 prescreve que são considerados interessados para abrir provisoriamente a sucessão o cônjuge não separado e os herdeiros salvo os presumidos.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, F, V.

Questão 33

Determinada noite, Gil trafegava com seu automóvel em baixa velocidade pela vizinhança, quando foi surpreendida por Lua, que atravessava distraidamente fora da faixa de pedestres. Com intuito de evitar lesionar Lua, Gil efetuou uma manobra brusca que culminou em uma colisão lateral com a motocicleta de Cléo que estava estacionada em local regular. Considerando a situação hipotética narrada, é possível afirmar que:

- A) A conduta de Gil foi lícita; contudo, há o dever de indenizar Cléo.
- B) Lua não poderá ser demandada juridicamente para sanar os danos materiais causados a Gil e Cléo.
- C) Haverá a incidência da excludente de responsabilidade em favor de Gil, pois ela agiu no exercício regular do direito.
- D) A manobra de Gil foi ilícita; porém, a exige de indenizar Cléo pelos danos causados, dado que Gil só efetuou tal manobra com finalidade de proteger Lua.

Questão 34

Em sentido lato, bens públicos são aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e possuem características como a impenhorabilidade e a imprescritibilidade. Sobre os bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todos os bens públicos são inalienáveis na forma em que determina a lei.
- II. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- III. São bens públicos de uso especial, os que integram o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal e real destas entidades.
- IV. São bens públicos de uso comum do povo: rios; mares; estradas; terrenos destinados a serviço da administração municipal; ruas; e, praças.
- V. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I e III, apenas.
- C) II e V, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 35

Beni passeava com seu cão Toddy, quando ele se desprendeu da guia e atacou Tina, uma jovem que estava a caminho da faculdade, causando-lhe várias lesões graves. Considerando a situação hipotética narrada e as disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Beni responderá pelo fato de ter colocado em risco a integridade física de terceiros.
- B) Beni não responderá, pois é sabido que seu animal estava mantido em guarda e escapou.
- C) Prevê o Código Civil que a responsabilidade dos donos é subjetiva pelos atos praticados por seus animais.
- D) É suficiente que haja o nexo de causalidade entre os danos e a ação ou omissão de Beni para gerar seu dever de indenizar Tina.

Questão 36

É considerado prazo processual o tempo que limita a prática de um ato processual, cuja forma de contagem e períodos são determinados em lei, bem como podem ser estabelecidos pelo juiz; deste modo, o Procurador deverá praticar os atos judiciais respeitando tais limites temporais sobre os prazos processuais analise as afirmativas a seguir.

- I. Os domingos, dias em que não há expediente forense, e, os declarados em lei, são considerados feriados para efeito forense.
- II. Será determinado em lei os processos que deverão tramitar durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas.
- III. A tutela de urgência poderá ser praticada durante os feriados, salvo durante as férias forenses.
- IV. O ato processual eletrônico poderá ocorrer em qualquer horário até as vinte e quatro horas do último dia do prazo.
- V. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das sete às dezenove horas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) IV e V.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e V.

Questão 37

Considerando que o cumprimento de sentença por quantia certa contra a Fazenda Pública abrange as dívidas pecuniárias da Fazenda, ou seja, das pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, incluindo suas Autarquias e Fundações Públicas, assinale a afirmativa correta.

- A) A Fazenda Pública goza da prerrogativa do prazo em dobro para todas as manifestações processuais, salvo se figurar como interveniente.
- B) A Fazenda Pública poderá impugnar a execução; porém, não poderá arguir inexecutibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.
- C) Caberá a Fazenda Pública, quando alegar excesso de execução, declarar de imediato o valor que reputa correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- D) Caso a executada intimada em quinze dias para pagamento não cumpra a obrigação, deverá pagar o valor executado com multa de dez por cento, sendo, ainda, adicionado os honorários advocatícios.

Questão 38

Jane, na ação judicial que movia em face de Nora, formulou dois pedidos diversos de indenização por danos materiais. O magistrado ofertou às partes o direito constitucional ao contraditório e ampla defesa, e observando o disposto em lei proferiu decisão extinguindo o feito em relação a um dos pedidos, com base na ocorrência da prescrição. Jane, a parte autora, discordou da decisão proferida; sendo assim, nesta situação hipotética, ela poderá impetrar:

- A) Agravo Interno.
- B) Recurso de Apelação.
- C) Agravo de Instrumento.
- D) Embargos de Declaração.

Questão 39

Considerando que o processo judicial é composto pelas fases postulatória, instrutória, decisória, recursal e de cumprimento de sentença, assinale a afirmativa correta.

- A) A audiência de conciliação ocorre na fase instrutória do processo judicial.
- B) No procedimento comum, a oferta da contestação dá fim a fase postulatória.
- C) É defeso a parte, até o final do depoimento da testemunha, apresentar contradita, que, se acolhida, imporá sua oitiva na qualidade de informante.
- D) Poderá o autor aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir a qualquer tempo do processo, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de vinte dias.

Questão 40

De acordo com o Sistema Recursal brasileiro, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Os Embargos de Declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de outro recurso.
- () Tanto nos Recursos de Apelação quanto nos de Agravo de Instrumento, a forma de interposição é efetivada junto ao órgão prolator da decisão.
- () O Agravo de Instrumento será julgado em conjunto com a apelação interposta no mesmo processo.
- () Não possui efeito suspensivo o Recurso Especial ou Extraordinário contra a decisão do Tribunal de segunda instância no julgamento de resolução de demandas repetitivas.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, F.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, V, V.

Questão 41

Trata-se de técnica de incidência de alíquotas apta a realizar o preceito constitucional da isonomia tributária. Assim, quanto maior a riqueza tributável, maior a onerosidade. A diferenciação das alíquotas tem como fim a promoção da Justiça fiscal, procurando-se conferir relevância às características pessoais do contribuinte. Esta técnica, aplicada ao universo da tributação, está expressa no Princípio da:

- A) Uniformidade.
- B) Essencialidade.
- C) Progressividade.
- D) Proporcionalidade.

Questão 42

Considere medida provisória que fixe majoração da alíquota de determinada contribuição, majoração que só foi prevista quando da conversão da medida provisória em lei. A contribuição com a alíquota majorada poderá ser exigida 90 dias após a:

- A) Votação da Medida Provisória.
- B) Aprovação da Medida Provisória.
- C) Publicação da Medida Provisória.
- D) Publicação da Lei de Conversão da Medida Provisória.

Questão 43

Determinada Administração Fiscal Municipal adota prévio valor de referência para o lançamento do ITBI. Aduz que tal valor de referência seria o valor venal, para fins de apuração e pagamento do imposto em questão. Na situação descrita, é correto afirmar que o lançamento

- A) está correto e a conduta da Administração Fiscal está acorde com o Princípio da Eficiência.
- B) é ilegal, representando arbitramento indevido da base de cálculo do imposto sobre bens imóveis.
- C) é incorreto, pois deve estar vinculado ao valor de mercado, que é arbitrado pelo próprio contribuinte.
- D) é abusivo, uma vez que deveria estar vinculado à declaração do contribuinte, que goza de presunção absoluta de fidedignidade.

Questão 44

Determinado imóvel foi arrematado em hasta pública. O município requereu o pagamento do ITBI, tendo como base de cálculo o valor da arrematação. Neste caso, com relação à exigência do Fisco Municipal

- A) está correta, havendo transferência da propriedade imobiliária quando do registro no ofício competente.
- B) a base de cálculo do ITBI exigida está errada, devendo ser o valor obtido na avaliação do imóvel levado à praça.
- C) deve ser impugnada pelo contribuinte, já que a arrematação é forma originária de aquisição da propriedade.
- D) a exigência do Fisco Municipal é equivocada, uma vez que não existe transmissão de propriedade em hasta pública.

Questão 45

Determinada empresa foi contratada para fazer o transporte de derivados de petróleo, a fim de abastecer um navio estrangeiro atracado em águas territoriais brasileiras, que objetivava retornar ao seu porto de origem. Neste caso, quanto ao ISSQN relativo ao serviço desenvolvido pela empresa contratada:

- A) Incide o ISSQN no caso vertente, eis que o fato gerador se consumou em território nacional.
- B) Incide o ISSQN, uma vez que a tributação ocorre, sem que se cogite da causa que lhe deu origem.
- C) Não incide o ISSQN, uma vez que se trata de exportação de serviço para atender navio estrangeiro.
- D) Não há ISSQN a cobrar, por ser o navio uma extensão do país estrangeiro, o qual não pode ser tributado.

Questão 46

No processo do trabalho cabe agravo de instrumento, no prazo de oito dias. Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado. Assinale a alternativa que indica documento o que é facultativo para instruir a petição de interposição do agravo:

- A) Jurisprudência.
- B) Decisão agravada.
- C) Depósito recursal.
- D) Certidão da respectiva intimação.

Questão 47

De acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre aviso prévio, analise as afirmativas a seguir.

- I. O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela Lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.
- II. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que é devido metade do aviso prévio, se indenizado.
- III. A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.
- IV. O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 48

Quanto à legislação que regulamenta a propositura da Ação Civil Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- B) Qualquer cidadão poderá e o servidor público deverá propor Ação Civil Pública, quando tomarem conhecimento de informações sobre fatos que constituam objeto da Ação Civil.
- C) Se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.
- D) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da Ação Civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Questão 49

O uso compartilhado de dados pessoais pelo poder público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoal. Sobre os princípios de proteção de dados pessoal, assinale a afirmativa que conceitua EQUIVOCADAMENTE o título.

- A) Princípio da prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- B) Princípio do livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- C) Princípio da qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
- D) Princípio da necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

Questão 50

Caio foi contratado pela Prefeitura de Santana de Vargem, após a vigência CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, sendo que não há lei nem contrato escrito sobre a contratação. Contudo, por mais de 20 anos, recebeu e gozou de direitos como se efetivo fosse. Após auditoria no Departamento de Pessoal do Município, Caio foi dispensado do serviço público; contudo, verificou-se que ele já poderia ter requerido sua aposentadoria há seis meses, já que possui tempo de contribuição e idade para se aposentar. Considerando os fatos do enunciado, assinale a afirmativa correta.

- A) O contrato de trabalho firmado é nulo de pleno direito, assim Caio não fará jus ao recebimento de nenhuma vantagem ou verba rescisória.
- B) O contrato deve ser considerado parcialmente nulo, de modo que Caio irá perder as promoções e progressões inerentes ao servidor público ativo, passando seu contrato a vigorar pelo regime celetista.
- C) Caio terá direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- D) Considerando que Caio tinha tempo de contribuição e idade para se aposentar, deverão ser realizadas modulações aos direitos e garantias do trabalhador, respeitando o direito adquirido e, ainda, se aposentando com os mesmos direitos do funcionário ativo aprovado em concurso público.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) Peça Processual relacionada ao conteúdo dos temas abordados. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Terá os limites mínimo de 60 (sessenta) linhas e máximo de 120 (cento e vinte) linhas, sob pena de perda de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	11 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

Considere que Soraia Antunes, residente no município Alfa e agindo na condição de cidadã, tenha proposto uma Ação Judicial, no foro adequado, em que não busca interesse próprio, mas sim a anulação de suposto ato lesivo ao patrimônio, praticado pelo município Ômega. Sustenta, em síntese que: A) o Município Ômega promoveu uma licitação, autuada em 01/03/2023 e com divulgação do instrumento convocatório em 31/03/2023, com base na Lei nº 8.666/1993, norma que já estava revogada pela Lei nº 14.133/2021; B) ainda que a licitação pudesse ser pela Lei antiga, o contrato, por se tratar de serviço contínuo, teria que ser celebrado com base na Lei nº 14.133/2021; além disso, sustentou, ainda, sem apresentar provas ou indícios, que C) a Comissão de Licitação agiu de forma dolosa, pois o valor do objeto da licitação – parecia estar superestimado, configurando crime de improbidade administrativa, tipificado como enriquecimento ilícito.

O Município foi citado na data de hoje (data de aplicação desta prova). Na condição de Procurador Jurídico do Município Alfa, redija a minuta da peça processual adequada, a ser apresentada pela Procuradoria-Geral do Município Ômega em juízo, em resposta à ação proposta. Aborde: 1) identificação adequada da peça processual apresentada por Soraia; 2) identificação adequada da peça de resposta; 3) legitimidade ativa da autora; 4) qualificação do legitimado passivo; 5) endereçamento; 6) fundamentação abordando todos os pontos alegados pela autora “A” a “C”; 7) pedidos. Não é necessária a citação expressa de dispositivos legais.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

PROVA DISCURSIVA – PEÇA PROCESSUAL

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior completo (exceto Procurador Municipal); 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível Superior – Procurador Municipal; 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível Médio e Médio/Técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de Nível Fundamental Incompleto.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS; Controlador Interno; e, Procurador) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de Nível Fundamental Incompleto e Nível Médio; 4 (quatro) horas para os cargos de Nível Superior Completo; e, 5 (cinco) horas para o cargo de Procurador Municipal. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS, Controlador Interno e Procurador).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Prova Objetiva) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva para os cargos de Advogado do SUAS; Controlador Interno; e, Procurador) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.